

Estudo de Caso do Balanço Social da Albrás: De Relatórios Internos ao Modelo GRI

Lidiane Nazaré da Silva Dias
Professora Assistente
Universidade Federal do Pará – UFPA
Av. Augusto Correia, 1 – Cidade Universitária
66075-970 – Belem-PA
lidiane@ufpa.br

Larissa Devi Oliveira Soekha
Contadora
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia
Avenida Gov. José Malcher, 1148 – Nazaré
66.055-260 – Belém-PA
larissa@iesam.com.br

Estella Maris Vasconcelos de Souza
Contadora
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia
Avenida Gov. José Malcher, 1148 – Nazaré
66.055-260 – Belém-PA
maris@iesam.com.br

Resumo

Nas últimas décadas, com o crescimento do debate sobre questões relativas à RSE (Responsabilidade Social das Empresas), foi surgindo a vertente social da Contabilidade, traduzida com a elaboração e publicação do Balanço Social. O GRI (Global Reporting Initiative) foi uma das organizações não-governamentais que partiram em busca de um formato para divulgação das informações sociais e ambientais. Assim, esta pesquisa objetiva contribuir para os debates sobre a vertente social da Contabilidade, analisando o caso da elaboração e divulgação do Balanço Social na empresa Albras (Alumínio Brasileiro S.A.), destacando os problemas relacionados à implantação do Balanço Social, os benefícios esperados, as dificuldades encontradas e os custos relacionados ao mesmo, verificando o estágio em que esta empresa se encontra referente à utilização dos indicadores propostos pelo GRI. Através do estudo de caso observa-se que os demonstrativos da Albras são abrangentes, pois englobam as quatro vertentes do Balanço Sociais sugeridas no conceito da FIPECAFI desde sua primeira publicação. Evidencia-se a presença de um responsável pelas informações e de notas explicativas nos demonstrativos sociais da Albras, no entanto, a não existência de auditoria afeta o nível de transparência do mesmo. Com a adoção do modelo GRI houve aumento no custo em função da contratação de uma consultoria especializada para auxiliar a elaboração. Destaca-se o fato de que a confecção do Balanço Social da Albras não faz parte das funções do setor contábil. Assim, conclui-se também que a responsabilidade pela elaboração de tal demonstrativo encontra-se divergente entre teoria e prática, visto toda a literatura consultada apontar ser esta uma das funções do contador.

Palavras-chave: Albrás. GRI. Balanço Social.

Abstract

In recent decades, with the growth of the debate on issues of CSR (Corporate Social Responsibility), has emerged the social aspects of accounting, translated to the preparation and publication of the Social. The GRI (Global Reporting Initiative) was one of the non-governmental organizations that came in search of a format for disclosure of social and environmental information. Thus, this study aims to contribute to discussions on the social aspects of accounting, examining the case for the development and dissemination of Social Balance in the Albras company (Aluminio Brasileiro SA), highlighting the problems related to the implementation of the Social, expected benefits, the difficulties and costs related to it, checking the stage in which it is related to the use of indicators proposed by the GRI. Through the case study notes that the statements of the anode are comprehensive, addressing the four sections of the Social Assessment suggested the concept of FIPECAFI since its first publication. Evidence for the presence of a responsible person for the information and explanatory notes on the anode social statements, however, the absence of audit affects the level of transparency of it. With the adoption of the GRI was no increase in cost due to the hiring of a specialized consultancy to assist the development. Noteworthy is the fact that the making of the Social Albras not part of the functions of the accounting industry. Thus, it also follows that the responsibility for establishing such a statement is divergence between theory and practice, since all the literature point out that this is one of the functions of the counter.

Key-words: Albrás. GRI. Social Balance.

1. Introdução

A Contabilidade é uma ferramenta que deve prover a seus usuários informações necessárias para que os mesmos possam ter uma visão adequada da “saúde” da organização, visto que se espera que esta organização perdure no tempo, sendo este um dos Princípios da Contabilidade, o Princípio da Continuidade.

Entretanto, durante muito tempo a Contabilidade se preocupou quase exclusivamente com o aspecto econômico-financeiro das entidades, fazendo com que a forma de evidenciar tais informações fosse se aprimorando.

Nas últimas décadas, com o crescimento do debate sobre questões relativas à RSE (Responsabilidade Social das Empresas), foi surgindo à vertente social da Contabilidade, que também tem como objetivo o fornecimento de informações aos usuários, entretanto, agora os aspectos relativos ao desempenho ambiental e social são chamados a andarem lado a lado com o desempenho econômico-financeiro.

Esta é a chamada abordagem social-empresarial da Contabilidade, tratada na Teoria Contábil por Hendriksen e Breda (1999, p. 26), que afirmam que a “contabilidade não abrange, necessariamente, todos os efeitos que as empresas exercem na sociedade. Os custos da poluição ambiental, do desemprego, de condições insalubres de trabalho e outros problemas sociais não são normalmente divulgados por uma empresa [...]”. Deste modo, segundo os mesmos, a contabilidade social-empresarial tem como objetivo “atacar essas questões”.

Esta vertente social da Contabilidade pode ser traduzida com a elaboração e publicação do Balanço Social, que também viria a atender outro princípio contábil, o Princípio da Oportunidade que, conforme o Conselho Federal de Contabilidade (2000, p. 31), se relaciona com a tempestividade e a integridade relativa ao fornecimento das informações

que afetem o patrimônio, independente das causas que as originam, gerando informações úteis ao processo decisório da gestão.

No entanto, no Brasil e em alguns outros países não existe consenso a respeito do formato que esta demonstração deve possuir, o que fez com que algumas organizações não-governamentais somassem esforços e elaborassem seus modelos que teriam adesão voluntária por parte das organizações.

O GRI (*Global Reporting Initiative*) foi uma destas organizações não-governamentais que partiram em busca de um formato para divulgação das informações sociais e ambientais, resultando na elaboração dos indicadores de desempenho social, ambiental e econômico que irão refletir a responsabilidade social da organização que o utilizar.

Assim, com esta pesquisa objetiva-se contribuir com os debates sobre a vertente social da Contabilidade, que resulta na elaboração do Balanço Social, analisando o caso da elaboração e divulgação deste demonstrativo na empresa Albras (Alumínio Brasileiro S.A.), destacando os problemas relacionados à implantação do Balanço Social, os benefícios esperados, as dificuldades encontradas e os custos relacionados ao mesmo, verificando o estágio em que esta empresa se encontra referente à utilização dos indicadores propostos pelo GRI, que representam a adesão a uma tendência mundial sobre Relatórios Sociais e o alinhamento com a abordagem social-empresarial e ética da Contabilidade tratadas pela Teoria da Contabilidade, onde as informações devem ser fornecidas a tempo, de forma íntegra e não enviesada.

2. Responsabilidade Social das Empresas

Conforme destaca Queiroz (2001, p. 5) “hoje em dia é muito fácil para uma empresa perder a credibilidade frente ao grande público em função de um comportamento ético inadequado ou pelo fato de não assumir suas responsabilidades frente a sociedade.”

Como exemplo disto tem-se o caso da Nike, que em 1995 foi denunciada por contratar fornecedores no Paquistão que utilizavam mão-de-obra infantil na fabricação de bolas e, como consequência disto, em uma semana, as ações da companhia caíram 57% (PADUAN, 2005, p. 61; TINOCO, 2001, p. 123).

Através deste e de outros exemplos nota-se que as empresas têm sido cobradas pela sociedade em geral para que assumam uma postura mais efetiva e transparente frente à realidade que as cercam (BALDO, 2002, p. 3).

Em 2001 o Instituto Ethos juntamente com outras entidades realizou uma pesquisa no Brasil sobre o que pensam os consumidores e investidores a respeito da responsabilidade social das empresas. Esta pesquisa fez parte de um estudo maior conduzido pela *Enviro-nics International* em 21 países (incluindo os Estados Unidos, Canadá, México, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Japão, Índia, Rússia e Nigéria) e teve como base cerca de 20 mil entrevistas (ETHOS, 2001, p. 5).

A primeira conclusão da investigação envolvendo os 21 países demonstra que um número significativo de investidores leva em consideração o desempenho social de uma empresa nas suas decisões de investimento (MARTINHO, 2003).

Este fato é comprovado através da existência do *Socially Responsible Investment* (SRI) ou Investimento Social Responsável, que, conforme Adams e Zutshi (2004, p. 34), envolve investidores que fazem exame de valores pessoais e de interesses sociais ao tomarem decisões de investimentos. Estes fundos de investimento consideram os valores éticos dos investidores, as necessidades financeiras e o impacto na sociedade das companhias em que investem. Conforme Brown (2003) *apud* Adams e Zutshi (2004, p. 34), desde que foi criado o *Friend Provident* (FP), o primeiro fundo ético no Reino Unido em 1984 o número de tais

fundos cresceu a aproximadamente 55% e provavelmente este aumento continuará. Os fundos controlados de SRI cresceram 32%, a \$ 13,9 bilhão dólares no ano financeiro de 2001/02, enquanto que os recursos de outros fundos de modo geral declinaram (ADAMS e ZUTSHI, 2004, p. 34).

Como exemplo disto tem-se o caso da Nike comentado anteriormente, onde se observou que mesmo sendo ela possuidora de uma marca mundialmente conhecida e de alto valor agregado, o fato de ter tido relação, mesmo que indireta, com práticas que vão de encontro da responsabilidade social, teve impactos negativos na sua reputação, levando a conseqüências financeiras.

Este novo jeito de enxergar dentro da sociedade significa que um número crescente de indivíduos, governo, instituições financeiras e não-governamentais estão esperando as corporações serem pró-ativas, e que auxiliem na determinação do bem estar econômico, ambiental e social das comunidades em que operam, estando isto diretamente relacionado com a forma que a empresa conduz o negócio, de modo que possa ser controlado o impacto da atuação da mesma na sociedade e no ambiente (BROCK, 2005, p. 58).

Comportar-se de uma maneira socialmente responsável tem se tornado cada vez mais essencial à sobrevivência, a longo prazo, das companhias. Uma outra pesquisa internacional, desta vez conduzida por *PricewaterhouseCoopers* em 2002, descobriu que quase 70% dos principais executivos globais acreditam que a responsabilidade social da empresa é vital à rentabilidade de suas companhias (SIMMS, 2002 *apud* ADAMS e ZUTSHI, 2004, p. 31).

3. Contabilidade e Balanço Social

Segundo Pinto e Ribeiro (2002, p. 3), o tema responsabilidade social das empresas já é assimilado por muitas organizações que vêm publicando o seu Balanço Social, tendo este como principal função “tornar pública a responsabilidade social da entidade. Esta visão faz parte de um processo que busca a transparência junto ao público em geral do que a empresa está fazendo, interna e externamente, nas áreas social, econômica e ambiental”.

Adams e Zutshi (2004, p. 32) afirmam que o Balanço Social da empresa é definido como o processo de comunicar os efeitos sociais e ambientais das suas ações econômicas para grupos com interesses particulares na sociedade e para a sociedade em geral. Afirmam ainda que, como tal, o Balanço Social deveria envolver o setor de contabilidade da empresa, que tem seu papel tradicional ultrapassando a prática de fornecer apenas o balanço financeiro aos proprietários do capital, em particular, aos acionistas. Os autores acreditam que tal extensão é justificada pelo fato de que as empresas têm responsabilidade maior do que simplesmente fazer dinheiro para seus acionistas.

Ora, o objetivo da Contabilidade é fornecer informações úteis e relevantes aos seus usuários, e sendo estes Relatórios Sociais de interesse para os mesmos é justo que a Contabilidade se preocupe com eles, mesmo porque, conforme Ribeiro e Lisboa (1999, p. 74):

A Contabilidade, enquanto ciência que estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-financeiro das entidades, possui os instrumentos necessários para contribuir para a identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos. Estes instrumentos se traduzem no Balanço Social.

Além disto, os Princípios Contábeis possuem relação com o Balanço Social, conforme comentado na introdução.

É válido ressaltar que a vertente social da Contabilidade é recente quando comparada com a Contabilidade Financeira, que está há 5.000 anos em um processo de evolução e aperfeiçoamento. Daí a importância de estudos acerca do tema (SILVA, RODRIGUES e JORGE, 1998, p. 31 *apud* KROETZ, 2000, p. 51).

Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras FIEP/CAFI, o conceito de Balanço Social engloba quatro vertentes, que ao atuarem de forma complementar, deverão evidenciar as informações necessárias ao entendimento de como a empresa está se relacionando com a sociedade e o meio ambiente. Estas vertentes são:

(1) o Balanço Ambiental, que se refere a todos os gastos e investimentos que envolvam recursos naturais ou estejam voltados para esta área;

(2) o Balanço de Recursos Humanos, que demonstra o perfil da força de trabalho, remuneração e benefícios concedidos, bem como gastos com a comunidade que cerca a organização;

(3) a Demonstração do Valor Adicionado – DVA – que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela organização e como ela foi distribuída a sociedade; e

(4) os Benefícios e Contribuição à Sociedade em geral, que evidencia o que a organização tem feito em termos de benefícios sociais (FIEP/CAFI, 2000, p. 31-32). Vide figura a seguir.

Um outro conceito sobre Balanço Social foi proposto pelo GRI, onde o relatório estará estruturado em três vertentes: econômica, ambiental e social, denominadas *triple bottom line*, ou resultado triplo (GRI, 2002, p. 9). No entanto, caso se considere a DVA como referente aos aspectos re-distributivos da receita, então o GRI englobará todas as vertentes propostas pela FIEP/CAFI (2000, p.31), pois na vertente econômica possui informações relativas a estes aspectos.

A divulgação do Balanço Social não é obrigatória em todos os países. O primeiro país que regulamentou a sua publicação foi a França, através da Lei nº 77.769, de 12 de julho de 1977, sendo este exemplo seguido por Portugal, em 1985, e posteriormente pela Bélgica, em 1996 (TINOCO, 2001, p. 27; FREIRE e REBOUÇAS, 2001, p.70).

No Brasil, em 2004, a Deliberação nº488 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) começou a incentivar a elaboração e publicação da DVA, uma das vertentes do Balanço Social, mas foi em dezembro de 2007 através da Lei 11.638, que a DVA tornou-se obrigatória para as Sociedades por Ações de capital aberto.

Organizações que elaboram Relatórios Sociais e ambientais desenvolvem sistemas de controle interno melhores, tomam as melhores decisões e diminuem custos, tendo como resultado melhorias contínuas. A eficiência operacional e processual resulta em riscos reduzidos e na segurança no trabalho. Isto é facilitado quando as organizações procuram comunicar as más, assim como as boas notícias a seus empregados e aos *stakeholders* através do Relatório Social baseado em informações econômicas, sociais e ambientais (ADAMS e ZUTSHI, 2004, p. 34).

Por outro lado, Cowe (2004, p. 6) afirma que de acordo com uma recente análise realizada pela consultoria de Sustentabilidade da ONU (Risco de Oportunidade: melhor prática de relatórios não-financeiros), está começando a emergir opiniões de que melhoraram a qualidade dos Relatórios Sociais, sendo um exemplo disto também observado no Brasil em pesquisa de Dias e Siqueira (2005, p. 1), a qual analisou a evolução do Balanço Social da Petrobras, concluindo que a qualidade do mesmo vem melhorando. Para que se possa dizer que há transparência nos relatórios, os assuntos mais relevantes devem ser identificados e discutidos mais claramente com a sociedade.

A comunicação entre os gestores de uma organização e os *stakeholders* é freqüentemente a chave dos dilemas da responsabilidade social. Um dos papéis fundamentais dos primeiros seria informar a estratégia da empresa bem como os objetivos do empreendimento para o longo prazo, sendo que estas informações deveriam ser claras a fim de não proporcionarem dúvidas sobre o seu entendimento. A partir delas, os *stakeholders*

poderiam concluir se a empresa é ou não socialmente responsável e, conhecendo melhor o negócio, poderiam tomar mais conscientemente decisões do tipo “onde investir seu dinheiro” ou “que produtos comprar” (BROCK, 2005, p. 58).

Sendo estes pontos atendidos e o Relatório Social sendo elaborado englobando informações econômicas, ambientais e sociais de forma não tendenciosa, poderia se dizer que ele cumpriu o seu objetivo, que é, conforme Pinto e Ribeiro (2002, p. 13) “informar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida”.

4. Modelos de Balanço Social

Desde quando os conceitos de Balanço Social começaram a existir, uma série de modelos sobre como deveria ser a apresentação destas informações já foi elaborada, seja pelas próprias empresas que iriam divulgar as informações ou por organizações não-governamentais ou pelo governo (nos casos em que existe a obrigatoriedade) ou por instituições acadêmicas. Buscam-se formas para auxiliar as empresas a coletar, analisar e divulgar informações, identificando quais delas são relevantes aos *stakeholders*.

Estes modelos, genericamente, procuram padronizar as informações, permitindo maior comparabilidade entre diferentes empresas e setores, dando maior transparência e confiabilidade as mesmas.

Os modelos de relatórios sociais que estão sendo mais utilizados pelas empresas brasileiras, conforme Siqueira (2003, p. 91), que são: o Modelo IBASE, a Demonstração do Valor Adicionado e os Indicadores Ethos. O *Global Reporting Initiative* (GRI) também foi adicionado a esta exposição por possuir indicadores internacionais que vêm tendo sua contribuição relacionada à melhoria da qualidade dos Relatórios Sociais atestada em pesquisas recentes, como a de Strobel, Coral e Selig (2004); e a de Dias e Siqueira (2005, p. 1).

5. Questões na elaboração e publicação do Balanço Social

5.1. Obrigatoriedade e Padronização

Como já mencionado, no Brasil não existe a obrigatoriedade de elaboração e publicação do Balanço Social para todos os tipos de empresas (apenas para as Sociedades por Ações de capital aberto), porém, por parte de alguns setores do governo e da sociedade civil, existe a intenção de que isto ocorra (SILVA e FREIRE, 2001a, p. 70). Kroetz (2000, p. 87) afirma que como não há regulamentação relativa à demonstração do Balanço Social, as organizações “divulgam os dados que entendem relevantes e da forma que melhor convém”. Desse modo, exceto nos países onde a publicação é obrigatória, a maioria dos Balanços Sociais não segue efetivamente uma estrutura básica.

Por outro lado, existem posicionamentos contra a obrigatoriedade. Diefenthaler (2000) afirma que o sociólogo Ciro Torres, coordenador do IBASE, acredita que “não se pode criar cidadania por decreto”. [...] ‘De que adianta obrigar se não houver o que mostrar?’, ele questiona. ‘O balanço dá transparência às ações, mas a sua realização deve ser espontânea’. Quairrel (2004, p. 36) conclui que, sendo a organização a favor ou contra a obrigatoriedade do Balanço Social, um consenso comum é a necessidade de um padrão para esta demonstração.

A padronização do Balanço Social está diretamente relacionada à necessidade de comparação entre os relatórios de diferentes organizações e diferentes períodos. Siqueira e Vidal (2003a, p. 1 e 6) fizeram uma análise da qualidade informativa dos Balanços Sociais de 21 empresas brasileiras publicados em 2001 e concluíram que não havia uma padronização referente à elaboração desta demonstração.

Num recente estudo, Pinto e Ribeiro (2003, p. 1) comentam que os modelos de Balanços Sociais apresentados por empresas brasileiras são diferentes; os indicadores divulgados são os mais variados; algumas informações relevantes não são apresentadas; as informações fornecidas são apenas de poucos períodos, reduzindo a utilidade dessas demonstrações. Beets e Souther (1999, p. 129) observaram que a ausência de um padrão para esses relatórios fez com que os mesmos tenham diferido significativamente, dificultando ou até inviabilizando a comparação entre diversas empresas.

5.2. Viés para potencialização de resultados

Um relatório de qualidade deve evidenciar tanto aspectos positivos quanto aspectos negativos da atuação social da empresa, sem dar maior ênfase a nenhum dos dois lados. O viés para potencialização de resultados pode ocorrer de três formas (Siqueira e Vidal, 2003, p. 5-8):

(1) Através do destaque das informações positivas e da omissão de alguma outra informação – normalmente as informações omitidas depõem contra a imagem da empresa;

(2) Através de atenuante fornecido a informação – quando algo de ruim aconteceu à sociedade ou ao meio ambiente em virtude das atividades operacionais da empresa e a mesma tenta passar a impressão de que o fato não foi “tão ruim como parece”;

(3) Através do uso de viés positivo – que ocorre quando de uma informação que reflete algo de maléfico ou prejudicial cometido pela empresa a mesma tenta extrair algum benefício proveniente disto, dando a impressão de que foi bom que tal fato ruim ocorresse.

Este viés foi percebido tanto em pesquisas internacionais (Deegan, Rankin e Tobin (2002, p. 312), Hackston e Milne (1996, p. 77) quanto em pesquisas nacionais (Dias e Siqueira (2005, p. 14).

5.3. Abrangência

A abrangência está diretamente relacionada à contemplação das quatro vertentes do Balanço Social propostas pela FIPECAFI. O não fornecimento de todas as informações necessárias à análise das ações da empresa compromete a qualidade dessa análise (Siqueira e Vidal (2003, p. 4).

Pesquisa realizada por Cunha e Ribeiro (2004, p. 13 e 14) concluiu que as empresas brasileiras, gradativamente, vêm passando a fornecer informações que vão além de dados meramente sobre Recursos Humanos, mas apesar disto, apenas três empresas, de uma análise envolvendo 284, apresentaram informações envolvendo todos os aspectos, demonstrando assim uma limitação na abrangência das informações divulgadas.

5.4. Transparência

Siqueira e Vidal (2003, p. 9-11) destacam três pontos importantes para a transparência das demonstrações sociais: (1) a presença de notas explicativas associadas às informações; (2) a identificação de um responsável pelo conteúdo do relatório; e (3) a realização de uma auditoria. Quanto a esta última questão, Beets e Souther (1999, p. 137) apontam a necessidade de serem determinados padrões de auditoria para o Balanço Social, pois ainda não há um parecer que atenda a esta necessidade específica.

6. Contribuições do GRI

O *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma iniciativa conjunta da Organização Não-Governamental norte-americana *Coalition for Environmentally Responsible Economics* (CERES) e do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP - *United Nations*

Environmental Programme). O GRI elaborou as Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade (Diretrizes) baseadas num processo consensual a fim de se criarem relatórios que possam alcançar aceitação mundial. Para isto, há a participação ativa de representantes da indústria, das áreas de contabilidade, investimento, ambiente, direitos humanos e organizações de trabalho de várias partes do mundo, que enviam sugestões e comentários (GEE e SLATER, 2005, p. 30).

As contribuições fornecidas pelo GRI têm sido elogiadas por diversos autores. Para Barbosa (2005), o GRI é “considerado o mais sofisticado dos Balanços Sociais [...] exigindo desde informações sobre impacto ambiental da atividade da empresa até avaliações qualitativas do resultado dos investimentos sociais”. Cowe (2003a, p. 14) e Adams e Evans (2004, p. 97) afirmam que este “modelo” está sendo considerado o menos suscetível a tendências, fornecendo às organizações que o adotam indicadores não enviesados para que sejam incluídos no seu Relatório Social, dando maior garantia referente à independência do relatório, fornecendo-o uma credibilidade adicional.

Para que uma organização o utilize basta haver interesse em fazê-lo, pois a adesão ao mesmo ocorre de modo voluntário, sendo independente de tipo, tamanho ou localidade da mesma (WOFFORD, 2002, p. 9).

A divulgação das informações sugeridas pelas Diretrizes do GRI vai além dos aspectos financeiros das atividades, produtos e serviços. Os relatórios apresentam o *triple bottom line* (ou resultado triplo) comparáveis entre si, que representam o desempenho sobre as perspectivas econômica, ambiental e social da organização, de forma integrada, sendo que o equilíbrio nas complexas relações atuais entre estas três perspectivas de forma que não comprometam o desenvolvimento futuro faz com que seja alcançada a sustentabilidade, daí o termo “relatório de sustentabilidade” para designar este relatório (GRI, 2002, p. 1, 9; ADAMS, 2004, p. 16).

As Diretrizes aconselham que o Relatório Social seja elaborado e divulgado juntamente com o financeiro, pois acredita que os mesmos possuem informações complementares, sendo que o primeiro deverá ser elaborado levando-se em consideração os interesses dos seus usuários, que não são basicamente os acionistas, como os do relatório financeiro (GRI, 2002, p. 16).

A adoção às Diretrizes do GRI poderá ocorrer de forma gradual, através de uma “adesão informal”, iniciando com a utilização parcial aos princípios e/ou do conteúdo das Diretrizes e progressivamente alcançando um nível mais completo de adesão, o qual poderá chegar a um relatório “de acordo com” as Diretrizes, que ocorre quando são seguidas estritamente as recomendações do GRI, atingindo o ideal de maximizar a comparabilidade entre relatórios através de procedimentos comuns para a sua elaboração (GRI, 2002, p. 13 e 14).

A fim de reivindicar que seu relatório está “de acordo” com as Diretrizes do GRI, as demonstrações devem satisfazer a cinco condições, que incluem a consistência com os princípios do GRI; a divulgação de informações específicas da visão e da estratégia da empresa, do perfil organizacional, do escopo do relatório, da governança e gerência dos sistemas; e informar cada um dos indicadores essenciais ou fornece uma explanação para sua omissão (ADAMS e EVANS, 2004, p. 100).

Como pode ser observado na figura a seguir, a medida em que mais indicadores do GRI forem sendo utilizados, o grau de transparência do relatório deverá aumentar, pois passará a cobrir um número maior de itens que proporcionarão uma estrutura mais completa, levando a uma maior comparabilidade para com o relatório de outras empresas (GRI, 2002, p. 15).

Figura 2: Opções para Relatórios do GRI



Fonte: GRI (2002, p. 15).

Conforme Ribeiro (2005, p. 122-123), as Diretrizes têm o objetivo de propiciar direcionamento para que os relatórios:

- “apresentassem uma visão clara do impacto ecológico e humano da empresa, a fim de apoiar a tomada de decisão quanto a investimentos, parcerias ou terceirização;
- proporcionassem às partes interessadas informações confiáveis e relevantes;
- apoiassem a avaliação e melhoria contínua do seu desempenho e progresso;
- respeitassem e ampliassem, consistentemente, os critérios externos já estabelecidos e aceitos para a elaboração de relatórios, a fim de lhe garantir transparência e credibilidade;
- apresentassem formato compreensível, que facilitasse a comparação com relatórios emitidos por outras organizações;
- complementassem outras formas de comunicação, incluindo as de natureza financeira; e
- ilustrassem a relação entre os três elementos da sustentabilidade: o econômico (que inclui a informação financeira, mas não se limita a ela), o ambiental e o social”.

No entanto, o próprio GRI faz questão de ressaltar que as Diretrizes não têm como função governar o comportamento das organizações, mas sim contribuir apenas para a descrição dos resultados obtidos com a utilização dos procedimentos, códigos de conduta e sistemas de gestão (GRI, 2002, p. 11).

A utilização adequada do GRI proporciona uma visão ampla a respeito das atividades da organização e a respeito dos sub-produtos indesejáveis criados a partir da atividade operacional da entidade, pois os indicadores foram desenvolvidos de tal forma que também evidencie os aspectos negativos da atividade econômica (GRI, 2002, p. 25; DIAS e SIQUEIRA, 2005, p. 1).

7. Metodologia

Seguindo a orientação para trabalhos futuros proposta por Dias (2006, p. 151), o objetivo geral desta pesquisa é realizar um estudo de caso para analisar a elaboração e divulgação do Balanço Social na empresa Albras, destacando os problemas relacionados à implantação deste demonstrativo, os benefícios esperados, as dificuldades encontradas, os custos relacionados ao mesmo e verificar o estágio em que esta empresa encontra-se referente

à utilização dos indicadores propostos pelo GRI. Para tanto, fez-se necessária a definição de conceitos e contextualização temática sobre o tema, com o emprego da pesquisa bibliográfica, através da análise em livros e artigos sobre o tema em estudo. Para o conhecimento da situação real da Albras relacionado ao Balanço Social, realizou-se uma pesquisa de campo, com a utilização da ferramenta de uma entrevista ao Sr. Valdir da Conceição, da área de administração da Albras.

8. Albras: O Estudo de Caso

8.1. Caracterização da empresa e sua atividade

Conforme o site da empresa, a Albras é uma companhia de capital fechado, situada no município de Barcarena, a 40 km, em linha reta, de Belém, capital do Estado do Pará, na Amazônia (ao norte do Brasil), resultado de uma associação da CVRD – Companhia Vale do Rio Doce S.A. e da NAAC – *Nippon Amazon Aluminium Co. Ltd.*, consórcio de 17 empresas japonesas, entre *trading companies*, bancos, consumidoras e produtoras de alumínio, e o *Japan Bank for International Cooperation*, organismo do governo japonês, sendo este o maior participante consórcio (ALBRAS, 2008).

As instalações da planta da Albras têm 1.570.000m² de área total e 360.000m² de área construída. A equipe da Albras é constituída de 1.357 empregados, considerando os trainees e estagiários, dos quais 86% são originários da própria região norte, sendo 72% paraenses.

Os preços do alumínio, praticados no Brasil e no exterior, têm como referência a cotação na Bolsa de Metais de Londres – LME (ALBRAS, 2008).

8.2. O Balanço Social da Albras

O conceito de Balanço Social para a ALBRAS parte da alta administração, onde o mesmo é considerado uma demonstração para a sociedade da forma como a empresa está se relacionando com comunidade, com o público interno (através de sua política de trabalho e segurança, por exemplo) e com o meio ambiente. Este Balanço Social, que a partir de 2007 terá o título de Balanço de Sustentabilidade, contempla informações econômicas, social e ambiental, auxiliando na estratégia de divulgação destas informações a respeito da atuação da empresa.

A necessidade de implantação do Balanço Social surgiu quando a Albras se candidatou pela primeira vez ao Prêmio Nacional da Qualidade, em 2005, necessitando apresentar do modelo de Balanço Social proposto pelo Instituto Ethos. Foi a primeira vez que a empresa elaborou o seu Balanço Social de forma mais completa.

Assim, foi a partir de 2005 que o Balanço Social da Albras saiu do modelo de textos, gráficos e tabelas, divulgados apenas internamente, para passar a ser elaborado conforme o modelo do Instituto Ethos, modelo seguindo também no ano de 2006, sendo substituído pelo modelo do GRI no ano de 2007 (ainda não publicado).

A mudança dos relatórios sem modelo definido para o modelo Ethos e, posteriormente, para o GRI, aconteceu em virtude das tendências de mercado, onde a empresa precisava demonstrar mais segurança, disponibilizar respostas mais rápidas sobre questões sociais e ambientais e demonstrar, também, maior credibilidade. Assim, o modelo do GRI foi escolhido por se tratar de um modelo internacionalmente aceito.

As maiores dificuldades encontradas relacionadas à elaboração do Balanço Social no modelo GRI para a Albras são a identificação da melhor forma de reportar as informações; a formar de cálculo de alguns indicadores; e o fato da elaboração deste relatório ser algo novo.

Como 2007 é o primeiro ano em que a Albras irá elaborar o seu Balanço Social no modelo do GRI, a empresa optou pela divulgação de alguns indicadores, contratando a consultoria externa Visão Sustentável para a elaboração do seu Balanço Social.

Seguindo as orientações do GRI, que diz que as empresas podem começar a sua utilização de forma gradual até chegar ao nível “de acordo com”, a Albras escolheu para a publicação do seu relatório de sustentabilidade de 2007 a elaboração e divulgação de 49 dos indicadores do GRI.

Quanto aos custos para a elaboração do Balanço Social da Albras, a mesma tem como informar com precisão o valor referente aos custos externo para a confecção do seu Balanço Social que são: gasto com a empresa de consultoria externa que o está elaborando (Visão Sustentável), gastos com a impressão, gastos com a elaboração do design e gastos com a tradução do demonstrativo. No entanto, a mesma prefere não divulgar estes valores.

Internamente, existe uma equipe de 14 funcionários estão trabalhando dando suporte a empresa Visão Sustentável. Os gastos referentes a estes colaboradores não foram calculados.

A empresa entende que o maior benefício relacionado à elaboração e divulgação do Balanço Social, que justifica os gastos com o mesmo, será a visibilidade que a empresa alcançará com esta publicação.

Os dois principais responsáveis internos pela elaboração do Balanço Social da Albras são graduados em Administração, sendo que um possui mestrado em Administração e o outro possui MBA em Gestão.

O Balanço Social da Albras não é auditado, possuindo notas explicativas e uma pessoa que o assina como responsável pela elaboração do mesmo.

A atividade da empresa está intimamente relacionada com o meio ambiente, sendo que a atuação da mesma provoca modificações ao mesmo. Estes temas são divulgados nos indicadores ambientais da Albras.

DIAS (2006) observou que a Natura, no Balanço Social de 2004, não divulgou o indicador essencial EC2 por considerar os dados referentes a ele de uso exclusivo da gestão interna, fazendo valer a prerrogativa do GRI de omissão com justificativa de algum indicador. Este fato não acontece na Albras, pois como a empresa está em processo de adaptação ao GRI, todas as informações que vem sendo levantadas por ela aos diversos indicadores têm sido divulgadas. Os indicadores escolhidos para elaboração seguiram a análise relacionada à materialidade do indicador versus a viabilidade para a confecção desta informação.

9. Conclusões

Este estudo foi realizado através de uma pesquisa de campo na Albras onde foi realizado um estudo sobre a elaboração e divulgação do Balanço Social da empresa, observando-se os problemas relacionados à elaboração deste demonstrativo, os benefícios esperados, as dificuldades encontradas, os custos relacionados ao mesmo e verificar o estágio em que esta empresa encontra-se referente à utilização dos indicadores propostos pelo GRI, buscando atender a abordagem social-empresarial da Teoria da Contabilidade comentada por Hendriksen e Breda (1999, p. 26).

Apesar da empresa não ser obrigada por lei a elaborar tal demonstrativo (é uma Sociedade Anônima de capital fechado), observou-se que a mesma o faz objetivando atender as demandas atuais do mercado e prova disto é o fato de, além de elaborar o Balanço Social, estar buscando o modelo GRI, que é um modelo internacional e que possui certa complexidade de elaboração, trazendo como benefício a credibilidade frente aos *stakeholders*, a capacidade de comparação do relatório da empresa com outras do mesmo setor, de setores

diferentes e que vem possibilitar o acompanhamento futuro da evolução dos indicadores no passar do tempo visto a padronização das informações.

Mesmo não sendo informado o valor dos custos relacionados a elaboração e publicação do Balanço Social da Albras, sabe-se que o fato da empresa ter optado pelo modelo GRI fez com que a mesma incorresse em maiores gastos, pois a consultoria de uma empresa especializada foi necessária para o auxílio na elaboração do mesmo.

Quanto à abrangência destes relatórios, desde a adoção do modelo Ethos e, posteriormente, do modelo GRI, pode-se afirmar que os demonstrativos da Albras são abrangentes, pois englobam as quatro vertentes do Balanço Sociais sugeridas no conceito da FIPECAFI desde sua primeira publicação em 2005.

Observa-se a presença de um responsável pelas informações e de notas explicativas nos demonstrativos sociais da Albras, no entanto, a não existência de auditoria relacionada a estas informações fazem com que os pontos relacionados à transparência do mesmo não sejam totalmente atingidos.

Destaca-se o fato de que a confecção do Balanço Social da Albras não faz parte das funções do setor contábil da mesma na medida em que o apoio interno dado para a empresa de consultoria Visão Sustentável (que o elabora) é fornecido pela área da Administração, sendo o responsável pelo mesmo um administrador. Assim, conclui-se também que a responsabilidade pela elaboração de tal demonstrativo encontra-se divergente entre teoria e prática, visto toda a literatura consultada apontar ser esta uma das funções do contador, não tendo sido isto observado na prática.

Referências

ADAMS, Carol A. e EVANS, Richard. Accountability, Completeness, Credibility and the Audit Expectations Gap. **The Journal of Corporate Citizenship Sheffield**, Summer 14: 97-115, 2004.

ADAMS, Carol e ZUTSHI, Ambika. Corporate Social Responsibility: Why Business Should Act Responsibly and be Accountable. **Australian Accounting Review**, 14 (3): 31-40, nov, 2004.

ADAMS, Roger. Corporate reporting on CSR should be more rigorous:[LONDON 3RD EDITION]. **Financial Times** London (UK): Aug 18, p. 16, 2004.

ALBRAS, **Alumínio Brasileiro S.A.** Disponível em: <<http://www.albras.net>> Acesso em: 14 abril 2008.

BALDO, Roberta. A Empresa cidadã frente ao Balanço Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 25, 2002, Salvador-BA. **Anais...**

BARBOSA, Fábio. Da ética do lucro ao lucro da ética. **Primeira Leitura**. Edição nº 956, 27 setembro 2003. Disponível em: <<http://www.primeiraleitura.com.br/auto/index.php?setcookie=small&edicao=1179>> Acesso em: 15 setembro 2005.

BEETS, Douglas e SOUTHER, Christopher C. Corporate Environmental Reports: The Need for Standards and an Environmental Assurance Service. **Accounting Horizons**. Sarasota: Vol.13, Num. 2; pg. 129-145, Jun, 1999.

BROCK, Emma. CSR: altruism or corporate benefit? **Consumer Policy Review**, 15 (2): 58-63, London: Mar/Abr 2005.

BROWN, G.. Now you can invest without sacrificing profit for principle. Asset Financial Management, may, 2003. In.: ADAMS, Carol e ZUTSHI, Ambika. **Corporate Social Responsibility: Why Business Should Act Responsibly and be Accountable**. Australian Accounting Review, 14 (3): 31-40, nov, 2004.

COWE, Roger. A magnifying glass on businesses impact: CORPORATE RESPONSIBILITY: Changes to the rules on reporting will force companies to be more open about how their operations affect communities, says Roger Cowe. **Financial Times**. London (UK): p. 14, Out 30, 2003a.

COWE, Roger. Transparency issue can be easily clouded reporting: countries are introducing requirements for listed companies to cover a variety of issues in their reports. **Financial Times** London (UK): p. 6, Nov 29, 2004.

CUNHA, Jacqueline Venerosos Alves da e RIBEIRO, Maisa de Souza. Evolução e Diagnóstico Atual do Balanço Social. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4, 2004, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos42004/281.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2005.

DEEGAN, C.; RANKIN, M. & TOBIN, J. An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: A test of legitimacy theory. **Accounting Auditing & Accountability Journal**. Bradford: Vol.15, Num. 3; pg. 312-343, 2002.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva Dias. **Análise da utilização do Global Reporting Initiative nos relatórios sociais em empresas brasileiras**. Rio de Janeiro: FACC/UFRJ, 2006. Dissertação de Mestrado.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva e SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. Os Indicadores Ambientais no Balanço Social da Petrobras. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 8, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...**

ETHOS. **Responsabilidade Social das Empresas – Percepção do Consumidor Brasileiro**, Pesquisa 2001. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social: São Paulo, set, 2001.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: Aplicável às Demais Sociedades. São Paulo: Atlas, 2000.

FREIRE, Fátima de Souza e REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. Uma descrição sucinta do Balanço Social Francês, Português, Belga e Brasileiro. In. SILVA, César Augusto e FREIRE, Fátima de Souza. **Balanço Social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

GEE, Careesa e SLATER, Alyson A. Developing next-generation GRI guidelines. **Corporate Responsibility Management**. London: Vol. 1, Iss. 5, p. 30-33 (4 pp.), Abr/Mai 2005.

GRI. **Global Reporting Initiative**. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/guidelines/reports/search.asp>>. Acesso em: 16 outubro 2005b.

HACKSTON, David e MILNE, Markus J.. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. Bradford: Vol. 9, Num. 1; pg. 77, 1996.

HENDRIKSEN, Eldon S. e BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balço Social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINHO, Carlos. **As empresas têm responsabilidade social?** Associação Portuguesa de Anunciantes, Nov. 2003. Disponível em <<http://www.apan.pt/recor1.php?ID=84>> Acesso em: 3 outubro 2005.

PADUAN, Roberta. O Valor Invisível de Uma Empresa. **Exame**, São Paulo, p. 60 - 61, março 2005.

PINTO, Anacleto Laurino e RIBEIRO, Maisa de Souza. O Balço Social como Instrumento de Evidenciação de Responsabilidade Social: um estudo no Estado de Santa Catarina. In: SEMINÁRIO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 2, 2002, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/congressosp/seminario2/index.htm>> Acesso em: 3 maio 2005.

QUAIREL, Françoise. Responsable mais pas comptable: analyse de la normalisation des rapports environnementaux et sociaux. **Comptabilité Contrôle Audit**. Paris: Vol. 1, p. 7-36, Jun 2004.

QUEIROZ, Adele. **Responsabilidade Social das Empresas**: Dois Estudos de Caso sobre a Aplicação de indicadores. São Paulo: FGV/EAESP, 2001. 236p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação da FGV/EAESP, Área de Concetração: Organizações e Recursos Humanos).

RIBEIRO, Maísa de Sousa. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, Maísa de Souza e LISBOA, Lázaro Plácido. Balço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Nº 115. Artigo, jan/fev 1999 – Ano XXVIII p. 72-81.

SIQUEIRA, José Ricardo de Maia e VIDAL, Mario Cesar Rodríguez. Relatórios Sociais: críticas e sugestão para um novo modelo. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 3, 2003B, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/congressosp/congresso3/trabalhos/100.pdf>>. Acesso em: 09 abril 2005.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. **Mensuração e Avaliação do Impacto Social das Organizações**: Uma Análise Crítica dos Balços Sociais e Propostas para um Novo Modelo. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2003. Tese de Doutorado.

STROBEL, Juliana Scapulatempo, CORAL, Eliza e SELIG, Paulo Maurício Indicadores de Sustentabilidade Corporativa: uma Análise Comparativa. In: ENANPAD, 18, 2004, **Anais...**

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social**: balanço da transparência corporativa e da concertação social. Revista Brasileira de Contabilidade. Nº 135. artigo, maio/junho 2001 – Ano XXXI . ISSN0104/8341. p. 56 a 73.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

WOFFORD, David. A Test for Global Business. **Christian Science Monitor**. Boston, Mass.: pg. 09, 29 ago. 2002.